



RENOVABIO: MOTIVAÇÃO AMBIENTAL OU ECONÔMICA?

VIRGÍNIA CORRÊA SANTOS DE ANDRADE

INTRODUÇÃO: Há uma tendência atual no mercado mundial de produção de energia renovável, buscando reduzir o uso de combustíveis fósseis e seus impactos negativos ao ambiente, o que vem gerando programas de reconfiguração da matriz energética em diversos países. Nessa seara, o Acordo de Paris, materializou a aprovação de um acordo universal que definiu medidas para reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Nesse contexto, foi criada, no Brasil, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576/2017. **OBJETIVOS:** Analisar o contexto de aprovação do RenovaBio, as forças políticas atuantes e esforços dos grupos de interesse que influenciaram na criação dessa política pública, buscando identificar a participação de atores governamentais e não governamentais no processo de formulação do programa e suas regulações. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A metodologia utilizada é qualitativa, através das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. **RESULTADOS:** O agronegócio brasileiro, como um todo, tem, reiteradamente, obtido benesses políticas e legislativas para impulsionar sua expansão. O RenovaBio foi criado com o objetivo de rentabilizar as usinas sucroenergéticas e aumentar a produção e competitividade dos biocombustíveis em relação à gasolina e diesel, o que acontece por meio dos CBios, que são os créditos de descarbonização comercializados pelas usinas, maximizando seus lucros. O jogo político existente no Congresso, bem como o poder que possui a antiga bancada ruralista, hoje denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), fez com que o RenovaBio fosse aprovado no tempo recorde de 24 dias de tramitação. Cite-se também a revogação do ZAE-Cana, que funcionava como importante requisito limitador de expansão das áreas de cana-de-açúcar e que foi excluído, flexibilizando os requisitos originais do programa. **CONCLUSÃO:** Apesar de promissor e bem estruturado, verificou-se que ainda há lacunas e uma série de interferências políticas que prejudicam o desenvolvimento, transparência e credibilidade do programa RenovaBio. Faz-se necessário avaliar a implementação, comprometimento das usinas credenciadas e adoção de melhores práticas ambientais, além da verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade e da avaliação do ciclo de vida, que originam as notas de eficiência energética ambiental, permitindo assim apurar se o programa tem sido eficiente em termos de sustentabilidade.

Palavras-chave: Renovabio, Política pública ambiental, Cana-de-açúcar, Biocombustíveis, Cbios.